



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

## 027. PROVA OBJETIVA

### AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: [https://www.instagram.com/hagar\\_ohorrivel/](https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/))

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

### A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.

- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
- (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
- (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
- (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
- (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.

04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de

- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
- (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
- (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
- (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
- (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.

05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
- (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
- (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
- (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
- (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.

06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
- (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
- (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
- (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
- (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...

07. Observe o emprego das aspas nas passagens:

... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)

... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)

É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de

- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
- (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
- (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
- (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
- (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.

08. Considere as seguintes passagens:

... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)

... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)

... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
- (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
- (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
- (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
- (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

## MATEMÁTICA

11. A pessoa que gasta  $\frac{2}{5}$  do que tem na conta bancária, em

seguida gasta novamente  $\frac{2}{5}$  do que ainda restar na conta

bancária, e repete essa mesma ação uma terceira vez, termina, na conta bancária, com uma fração da quantia inicial igual a:

(A)  $\frac{18}{125}$

(B)  $\frac{27}{125}$

(C)  $\frac{33}{125}$

(D)  $\frac{39}{125}$

(E)  $\frac{42}{125}$

12. A direção de um terminal rodoviário de ônibus pretende diminuir a ocorrência de partidas simultâneas da linha F, que parte a cada 4 minutos, e da linha G, que parte a cada 6 minutos. Para isso, vai alterar a frequência de partidas dessas linhas, propondo que, na linha F, haja partidas a cada 3 minutos e, na linha G, partidas a cada 5 minutos. Com essas alterações, o número de partidas simultâneas dessas linhas, no horário que inicia às 5 horas com a partida simultânea dos ônibus das duas linhas até às 10 horas, terá uma diminuição de

(A) 2.

(B) 3.

(C) 4.

(D) 5.

(E) 6.

13. Um projeto da prefeitura de um município estabeleceu a visitação de três mil domicílios para verificação das condições sanitárias de cada um deles. A equipe responsável planejou que, a cada dia de trabalho, fossem visitados 10% dos domicílios que ainda não tinham sido visitados.

Se o plano for executado conforme o planejado, após os três primeiros dias de trabalho, o número de domicílios que já foram visitados é igual a

(A) 900.

(B) 865.

(C) 844.

(D) 827.

(E) 813.

14. Em um município, foi feita uma enquete para verificar a razão, em cada bairro, entre o número de domicílios com 3 ou menos moradores e o número de domicílios com mais de 3 moradores. Na Vila Paraíso, os 48 domicílios geraram a razão  $\frac{3}{5}$ . O resultado da enquete feita

nos 65 domicílios do Jardim Felicidade mostrou que, em relação aos domicílios com 3 ou menos moradores, havia 2 unidades desse tipo a mais do que o número de domicílios do mesmo tipo verificado na Vila Paraíso.

No Jardim Felicidade, qual foi a razão obtida?

- (A)  $\frac{2}{5}$
- (B)  $\frac{5}{12}$
- (C)  $\frac{3}{7}$
- (D)  $\frac{4}{9}$
- (E)  $\frac{9}{20}$
15. Em uma das salas de uma imobiliária, 12 pessoas prepararam 216 envelopes de uma campanha de lançamento de um edifício em 30 minutos. Em outra sala, 26 pessoas trabalharam no mesmo preparo desse material durante 45 minutos. Supondo que velocidade de preparo desses envelopes seja igual para todos os envolvidos, qual é o número total de envelopes preparados por esses dois grupos?
- (A) 918.
- (B) 894.
- (C) 870.
- (D) 856.
- (E) 834.
16. Quatro amigas participaram de uma campanha de arrecadação de fundos para o projeto de uma biblioteca comunitária. Milena conseguiu arrecadar o equivalente à metade do que Jane conseguiu. Kátia arrecadou 250 reais a mais do que o triplo de Jane. E Luana conseguiu exatamente a quarta parte do que Kátia arrecadou. Sabendo que Kátia arrecadou R\$ 3.850,00, quanto Luana arrecadou a mais do que Milena?
- (A) R\$ 284,50.
- (B) R\$ 362,50.
- (C) R\$ 390,50.
- (D) R\$ 402,50.
- (E) R\$ 413,50.

17. O supermercado CompraCerta fez uma promoção dos produtos X e Y. Aproveitando os bons preços, Paulo comprou 2 unidades de X e 3 unidades de Y e pagou, ao todo, 41 reais. Renato comprou 5 unidades de X e 2 unidades de Y e pagou, por essas unidades, a quantia de 53 reais. Tadeu comprou 3 unidades de X e 4 unidades de Y, e Valter comprou 4 unidades de X e 2 unidades de Y.

Em relação aos gastos desses dois produtos por essas quatro pessoas, a lista que indica a ordem de gastos, começando com quem menos gastou e terminando com quem mais gastou é:

- (A) Tadeu; Paulo; Valter; Renato.
- (B) Valter; Paulo; Tadeu; Renato.
- (C) Paulo; Valter; Renato; Tadeu.
- (D) Valter; Paulo; Renato; Tadeu.
- (E) Paulo; Tadeu; Valter; Renato.

18. Todos os funcionários de um setor de uma empresa foram consultados sobre cinco modelos de mesa de trabalho. Cada funcionário votou em uma única opção, e os números de votos obtidos para os modelos A, B, C, D e E foram, respectivamente: 1, 2, 3, 4 e 5. Com esses dados, foi construído um gráfico de setores circulares.

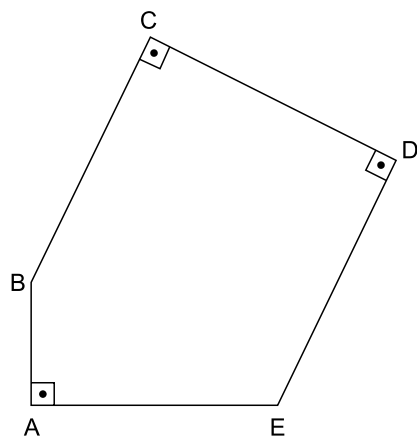
A soma da medida do ângulo central do setor que representa os votos no modelo A, com a medida do ângulo central que representa os votos no modelo C é igual a

- (A)  $48^\circ$ .
- (B)  $60^\circ$ .
- (C)  $72^\circ$ .
- (D)  $96^\circ$ .
- (E)  $120^\circ$ .

19. Em 2020, Teresa e Marcelo eram um casal sem filhos, e a média aritmética simples das idades dessa família de duas pessoas era igual a 26 anos. Em 2023, esse casal já possuía um filho com 2 anos e, em 2025, eles já tinham uma filha com 2 anos. Em 2025, a média aritmética simples das idades dos quatro componentes dessa família era menor do que a média aritmética das idades dos componentes da família em 2020 em

- (A) 9 anos.
- (B) 8 anos.
- (C) 7 anos.
- (D) 6 anos.
- (E) 5 anos.

20. A figura a seguir, fora de escala, representa um pátio em um edifício.



O segmento AB representa uma medida de 5 metros, e o segmento AE representa uma medida de 12 metros. Sabe-se, também, que o polígono representado pelos vértices BCDE é de formato quadrado. Com essas informações, é correto afirmar que a área desse pátio é de

- (A)  $185 \text{ m}^2$ .
- (B)  $192 \text{ m}^2$ .
- (C)  $199 \text{ m}^2$ .
- (D)  $203 \text{ m}^2$ .
- (E)  $210 \text{ m}^2$ .

R A S C U N H O

21. Um profissional que possui a configuração padrão do MS-Windows 11 em seu computador está utilizando o programa Explorador de Arquivos para visualizar um arquivo de texto que precisa ser compartilhado com os demais integrantes de seu departamento. Para impedir alterações, ele planeja habilitar o atributo “Somente Leitura” para esse arquivo.

Ao clicar sobre o nome do arquivo com o botão secundário do mouse, qual é a opção do menu que surge que deve ser selecionada por esse profissional para que seja iniciada a ativação do atributo pretendido?

- (A) Configurações.
- (B) Permissões.
- (C) Privacidade.
- (D) Propriedades.
- (E) Recursos.

22. Considere um documento em preparação com o MS-Word 2016, em sua configuração padrão, cujas páginas possuem duas colunas de igual largura. Desejando que um dado parágrafo seja posicionado no início da próxima coluna, o usuário que o está editando deve inserir uma “Quebra de Coluna” antes desse parágrafo. Para executar essa ação, o usuário deve usar os recursos disponíveis na guia

- (A) Arquivo.
- (B) Design.
- (C) Exibir.
- (D) Inserir.
- (E) Layout.

23. Para avaliar os gastos mensais com limpeza realizados por sua empresa no primeiro semestre do ano, um funcionário organizou as informações em uma planilha do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, como mostrado a seguir:

|   | A               | B              |
|---|-----------------|----------------|
| 1 | <b>Mês</b>      | <b>Despesa</b> |
| 2 | Janeiro         | R\$ 48.000,00  |
| 3 | Fevereiro       | R\$ 51.000,00  |
| 4 | Março           | R\$ 47.000,00  |
| 5 | Abril           | R\$ 55.000,00  |
| 6 | Maio            | R\$ 46.000,00  |
| 7 | Junho           | R\$ 45.000,00  |
| 8 | <b>Pior mês</b> | <b>Abril</b>   |

Para obter a indicação automática sobre o “pior mês”, isto é, aquele em que houve o maior gasto, a fórmula que deve ser inserida na célula B8 é:

- (A) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0))
- (B) =ÍNDICE(CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)
- (C) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0))
- (D) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);0);B2:B7)
- (E) =ÍNDICE(CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)

24. Um usuário do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, está preparando uma apresentação na qual deseja incluir anotações específicas para cada slide, que não são visíveis para a audiência, mas que podem conter lembretes que servem de roteiro para o apresentador.

Assinale a alternativa que contém o modo de visualização a ser usado para editar as anotações desejadas.

- (A) Modo Normal.
- (B) Exibição de Leitura.
- (C) Disposição de Temas.
- (D) Classificação de Slides.
- (E) Apresentação de Slides.

25. Um servidor público que utiliza o conjunto de ferramentas e serviços disponíveis no Google Workspace deseja permitir que usuários externos agendem horários diretamente via Google Agenda. Para iniciar a concessão dessa permissão, ele deve clicar no botão + Criar, no canto superior esquerdo da tela do aplicativo, e selecionar a opção

- (A) Adição de agendamentos.
- (B) Agendamento de horários.
- (C) Autorização de conferência.
- (D) Marcação de compromissos.
- (E) Permissão de convocação.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

26. Aureliano, Auditor de Controle Externo lotado em unidade técnica de Tribunal de Contas, conduziu, no exercício de 2025, fiscalização em contrato administrativo celebrado por autarquia, no valor de R\$ 47.800.000,00, tendo identificado vícios graves de legalidade tanto na licitação que originou o ajuste quanto na sua execução. Submetida a matéria ao Plenário do Tribunal, este, após oportunizar contraditório aos responsáveis, deliberou pela ilegalidade do contrato e fixou prazo para que a autarquia adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Esgotado o prazo sem providências por parte do jurisdicionado, instaurou-se debate, no âmbito do Tribunal, acerca do procedimento subsequente a ser adotado.

Sobre essa situação hipotética, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o Tribunal de Contas, ante a inércia do jurisdicionado, deverá ele próprio sustar o contrato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo competente.
- (B) o ato de sustação do contrato será adotado diretamente pelo Poder Legislativo competente, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis, cabendo ao Tribunal de Contas decidir a respeito caso o Legislativo ou o Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivem as medidas previstas.
- (C) o Tribunal de Contas, por ser órgão auxiliar do Poder Legislativo, deverá representar diretamente ao Ministério Público para que este, no exercício do controle externo da atividade administrativa, promova a sustação judicial do contrato impugnado.
- (D) o ato de sustação do contrato será adotado privativamente pelo Legislativo, casa de representação popular incumbida da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, sendo vedada qualquer intervenção do Tribunal de Contas nessa matéria.
- (E) o Tribunal de Contas, esgotado o prazo concedido ao jurisdicionado, deverá anular de ofício o contrato administrativo, providência inerente à sua competência constitucional de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

27. Januário, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo em autarquia federal sediada na cidade de São Paulo, foi removido *ex officio*, mediante portaria devidamente publicada, para unidade localizada em município distante mais de mil quilômetros de seu domicílio funcional. O ato administrativo de remoção consignou, expressamente, em sua motivação, que a medida se fundava na “imperiosa necessidade do serviço, em razão da carência de servidor de mesma especialidade na unidade de destino”. Em ação judicial proposta pelo servidor, instruída com elementos probatórios robustos, demonstrou-se que, à época da remoção, a unidade de destino contava com lotação superior à prevista no plano de cargos da autarquia e que, na verdade, o ato decorria de retaliação por desavenças pessoais entre Januário e seu chefe imediato.

Sobre essa situação hipotética, acerca do controle judicial da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) o Poder Judiciário, em regra, não pode substituir o juízo de conveniência e oportunidade do administrador; pode, contudo, controlar a legalidade do ato pela via da teoria dos motivos determinantes, segundo a qual a Administração, ao explicitar os motivos do ato, vincula-se a eles.
- (B) o ato de remoção, por se tratar de provimento derivado vinculado ao juízo discricionário do administrador, é insindicável pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes, restando ao servidor a interposição de recurso administrativo hierárquico no âmbito da própria Administração.
- (C) o Poder Judiciário, verificada a falsidade dos motivos invocados, deverá substituir o juízo da Administração, indicando, em sentença, a unidade administrativa para a qual o servidor deverá ser efetivamente removido, providência que se insere no controle judicial de mérito do ato administrativo discricionário e configura corolário do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) o controle judicial do ato somente pode ser exercido após o esgotamento da via administrativa, em homenagem ao princípio da autotutela, consagrado em súmulas do Supremo Tribunal Federal, segundo as quais incumbe à própria Administração rever seus atos antes de qualquer apreciação pelo Poder Judiciário.
- (E) o controle judicial do ato discricionário pressupõe prévia provocação do sistema de controle interno ou do Tribunal de Contas competente, na forma da Constituição Federal, sendo descabido o acesso direto à jurisdição em hipóteses dessa natureza, salvo se houver lesão a direito fundamental indisponível.

28. Amadeu, ex-prefeito do município X, é responsabilizado pessoalmente, em sede de Tomada de Contas Especial instaurada perante o Tribunal de Contas do respectivo Estado, por irregularidades na execução de convênio celebrado entre o município e o Estado-membro para o repasse de R\$ 6.730.000,00 destinados à construção de unidade básica de saúde. Concluído o procedimento, com observância do contraditório e da ampla defesa, o Tribunal de Contas Estadual imputou ao ex-gestor débito no valor integral dos recursos repassados, acrescido de multa proporcional ao dano causado ao erário. Inconformado, o ex-prefeito impetrou mandado de segurança sustentando que somente a Câmara Municipal, na qualidade de juiz natural das contas do Chefe do Poder Executivo municipal, poderia condená-lo administrativamente, sendo o acórdão do Tribunal de Contas Estadual desprovido de eficácia executória autônoma enquanto não cancelado pelo Poder Legislativo local. Sobre esta situação hipotética, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) o Tribunal de Contas Estadual carece de competência para impor débito ou multa ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que sua atuação em relação a tais agentes restringe-se à emissão de parecer prévio meramente opinativo, na forma do art. 71, I, da Constituição Federal, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.
- (B) o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas em sede de Tomada de Contas Especial possui força vinculante sobre a Câmara Municipal, dispensando, inclusive, deliberação dos vereadores para fins de configuração de inelegibilidade, em razão da natureza técnica do controle externo.
- (C) compete privativamente ao Tribunal de Contas o julgamento de todas as contas do Chefe do Poder Executivo municipal, sejam de governo ou de gestão, sendo inconstitucional norma local que atribua à Câmara Municipal competência concorrente para tal mister, ainda que se trate da apreciação anual das contas de governo.
- (D) a condenação patrimonial deveria ter sido proferida pelo Tribunal de Contas da União, e não pelo Tribunal de Contas do Estado, em razão da natureza federativa do convênio, cabendo, porém, ao Legislativo municipal o ato de julgamento das contas do ex-prefeito, em obediência ao princípio da simetria.
- (E) no âmbito da Tomada de Contas Especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

29. A sociedade empresária Construtora ABC Engenharia S.A., em razão de procedimento administrativo de responsabilização instaurado pela Controladoria-Geral da União para apurar atos lesivos consistentes em fraude e frustração ao caráter competitivo de licitações federais ocorridas entre 2022 e 2024, manifestou-se, em primeiro lugar e antes de qualquer outra pessoa jurídica investigada, interessada em colaborar com as investigações. A empresa cessou completamente seu envolvimento na infração na data da propositura, admitiu sua participação no ilícito e ofertou farto acervo documental, do qual resultou a identificação de outros envolvidos e a obtenção célere de provas. O acordo de leniência foi formalmente celebrado entre a CGU, a AGU e a Construtora, com integral cumprimento das obrigações pela signatária.

Sobre os efeitos do referido acordo de leniência, à luz da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) o acordo de leniência poderá ser celebrado tanto com a pessoa jurídica responsável quanto com as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato lesivo, estendendo-se a estas, automaticamente, os mesmos benefícios negociais conferidos à entidade colaboradora.
- (B) o cumprimento integral do acordo de leniência exime a pessoa jurídica colaboradora da obrigação de reparar integralmente o dano causado à Administração Pública, em razão do caráter premial do instituto e da efetividade da colaboração prestada.
- (C) o cumprimento do acordo de leniência isenta a pessoa jurídica das sanções de publicação extraordinária da decisão condenatória e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público, e reduz em até dois terços o valor da multa aplicável, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) a celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção, voltando o referido prazo a fluir, integralmente, na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas pela pessoa jurídica signatária.
- (E) o acordo de leniência poderá ser celebrado com qualquer das pessoas jurídicas investigadas que se manifeste no curso do procedimento administrativo de responsabilização, sendo dispensável a primazia temporal da manifestação, desde que a colaboração resulte na obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito.

30. Acerca do regime de classificação de informações quanto ao grau de sigilo no âmbito da Administração Pública, conforme disciplinado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é correto afirmar que

- (A) o acesso à informação classificada como secreta fica restrito pelo prazo máximo de quinze anos, admitida sua prorrogação, por uma única vez, por igual período, mediante deliberação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- (B) os prazos máximos de restrição de acesso à informação classificada vigoram a partir da data da decisão formal de classificação, e não da data de produção da informação, de modo a conferir efetividade ao ato administrativo de classificação.
- (C) a classificação de informação no grau ultrassecreto, no âmbito da administração pública federal, é de competência exclusiva do Presidente da República, sendo vedada qualquer espécie de delegação, em razão da indisponibilidade do interesse público subjacente.
- (D) o acesso à informação classificada como sigilosa fica restrito pelos prazos máximos de vinte e cinco anos para a informação ultrassecreta, quinze anos para a secreta e cinco anos para a reservada, admitida a prorrogação do prazo de sigilo da informação ultrassecreta uma única vez.
- (E) o requerente que postular acesso a informação custodiada pela Administração Pública deverá apresentar, no requerimento, exposição fundamentada dos motivos determinantes da solicitação, sob pena de indeferimento liminar do pedido pela autoridade competente.

31. Tendo em vista o que consta da Lei nº 8.429/1992, bem como a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acerca da improbidade administrativa, pode-se corretamente afirmar:

- (A) a ilegalidade, por si só, independentemente da vontade do agente, configura ato de improbidade.
- (B) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência não pacificada, salvo se vier a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (C) é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se a presença do elemento subjetivo dolo.
- (D) a voluntariedade do agente, por si só, basta para a caracterização do dolo para fins de improbidade administrativa.
- (E) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de participação e benefícios diretos.

32. A prefeitura do município X pretende firmar um acordo de cooperação com uma organização da sociedade civil para o fomento de atividades de assistência social. A organização da sociedade civil irá desenvolver as atividades em imóvel de propriedade do município, por meio de comodato.

Tendo em vista o caso hipotético, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, pode-se corretamente afirmar:

- (A) como ocorrerá o uso de bem público, deve o acordo de cooperação ser precedido de licitação, na modalidade concorrência.
- (B) é vedado o uso de bens públicos por meio de acordo de cooperação, devendo, no caso, ser celebrado termo de fomento.
- (C) somente por meio de autorização legislativa específica pode-se celebrar parcerias com o terceiro setor que envolvam o trespasse de bens públicos.
- (D) o acordo de cooperação, no caso concreto, deverá ser precedido de chamamento público.
- (E) é vedado o uso de bens públicos por meio de acordo de cooperação, devendo, no caso, ser celebrado termo de colaboração.

**33.** O município X pretende contratar, no regime de contratação semi-integrada, a construção de um complexo viário dentro do município, necessário às demandas do fluxo local de veículos. Na fase preparatória da licitação, o prefeito sugeriu que as desapropriações necessárias à construção do anel viário ficassem a cargo do contratado.

Acerca do caso hipotético, tendo em vista a disciplina da Lei nº 14.133/2021, pode-se corretamente afirmar que

- (A) para que possa ocorrer a desapropriação pelo contratado, deverá ser adotado o regime de contratação integrada.
- (B) as desapropriações não podem ser transferidas ao contratado, pois se trata de um ato de governo que não pode ser delegado por meio de contrato.
- (C) o registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverá ser realizado em nome do contratado.
- (D) a desapropriação poderá ser feita pelo contratado, devendo o edital especificar a responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas.
- (E) na contratação semi-integrada, o contratado tem o dever de desapropriar e a indenização será posteriormente paga mediante o ingresso dos valores decorrentes da exploração econômica do bem expropriado.

**34.** A pessoa jurídica X, após lograr-se vencedora em licitação para contratação de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, inicia os procedimentos necessários à constituição de sociedade de propósitos específicos que irá implantar e gerir o objeto da parceria.

Tendo em vista a disciplina constante da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
- (B) Após a constituição da sociedade de propósitos específicos, a transferência de seu controle acionário é livre, independentemente de previsão no edital, tendo em vista o princípio geral de direito que a pessoa jurídica não se confunde com seus sócios.
- (C) A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e, facultativamente, adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.
- (D) A administração pública poderá ser titular de mais da metade do capital social da sociedade de propósitos específicos, desde que não possua, na forma do estatuto, o poder de direção e controle.
- (E) A sociedade de propósito específico deve ter por objeto social, no máximo, a implantação e gestão de três contratos de parcerias público-privadas, salvo se firmados com o mesmo ente federativo, quando então poderá ser até cinco.

**35.** Considere o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, acerca da característica qualitativa da representação fidedigna. Para que a informação contábil represente adequadamente os fenômenos econômicos, ela deve ser completa, neutra e livre de erro.

Nesse contexto, em relação à representação neutra, é correto afirmar:

- (A) não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras.
- (B) é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras, buscando influenciar a decisão dos usuários.
- (C) refere-se à informação parcial, elaborada com inclinações subjetivas e sem compromisso com a realidade econômica.
- (D) consiste na divulgação de informações incompletas, ainda que tecnicamente corretas.
- (E) caracteriza-se pela manipulação das informações contábeis com o objetivo de produzir resultado previamente desejado pela entidade.

**36.** Considere que a Indústria ABC apresenta Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 235.000,00. Sabe-se que seu Ativo é composto por máquinas adquiridas por R\$ 540.000,00, com depreciação acumulada de R\$ 320.000,00.

Com base na equação fundamental do patrimônio e considerando apenas as informações indicadas, assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor do Passivo Exigível da entidade.

- (A) R\$ 85.000,00
- (B) R\$ 220.000,00
- (C) R\$ 235.000,00
- (D) R\$ 455.000,00
- (E) R\$ 760.000,00

37. Considere as seguintes informações patrimoniais da Cia ABC em 31/12/x1:

| Situação                                           | Valor          |
|----------------------------------------------------|----------------|
| Aquisição de máquinas à vista                      | R\$ 480.000,00 |
| Integralização de capital pelos sócios em dinheiro | R\$ 220.000,00 |
| Pagamento de empréstimo bancário de curto prazo    | R\$ 150.000,00 |
| Compra de mercadoria à vista                       | R\$ 90.000,00  |
| Obtenção de empréstimo bancário de longo prazo     | R\$ 300.000,00 |
| Distribuição de dividendos em dinheiro             | R\$ 70.000,00  |

Com base nos conceitos de origem e aplicação de recursos sob a ótica patrimonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A integralização de capital representa aplicação de recursos, pois aumenta o patrimônio líquido.
- (B) A aquisição de máquinas à vista representa origem de recursos, pois aumenta o ativo imobilizado.
- (C) O pagamento de empréstimo bancário de curto prazo representa aplicação de recurso, pois reduz o passivo exigível.
- (D) A obtenção de empréstimo bancário de longo prazo representa aplicação de recursos, pois aumenta o passivo exigível.
- (E) A compra de mercadoria à vista representa origem de recursos, pois aumenta o estoque da entidade.

38. A Companhia ABC apresentou, ao final do exercício social de 20x1, contas relacionadas ao patrimônio, ao desempenho econômico da entidade e a fatos que impactam o resultado do período.

Considerando a classificação das contas contábeis em patrimoniais e de resultado, assinale a alternativa correta.

- (A) Ajuste de Avaliação Patrimonial, Provisão para contingências trabalhistas e Dividendos a pagar são contas patrimoniais.
- (B) Receita Antecipada, Receita Financeira e Reserva Legal são contas patrimoniais.
- (C) Despesas Antecipadas de Seguros, Custo das Mercadorias Vendidas e Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa são contas patrimoniais.
- (D) Depreciação Acumulada, Receita de Vendas e Juros Ativos a Vencer são contas de resultado.
- (E) Reserva de Lucros, Despesa com Equivalência Patrimonial e Clientes são contas patrimoniais.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as receitas públicas podem ser classificadas quanto ao seu impacto no Patrimônio Líquido. Nesse contexto, a alternativa que representa a categoria cujo ingresso restringe-se a uma mutação patrimonial qualitativa é:

- (A) receita orçamentária efetiva.
- (B) receita orçamentária não efetiva.
- (C) receita de contribuições.
- (D) receita de serviços.
- (E) receita pública originária.

40. De acordo com a classificação da despesa pública prevista na Lei nº 4.320, de 1964, assinale a alternativa em que todas as despesas apresentadas são classificadas como inversões financeiras.

- (A) Construção de escola pública; aquisição de equipamento hospitalar; pavimentação de rodovia.
- (B) Aquisição de imóvel já em uso; concessão de empréstimo a empresa estatal; aquisição de ações de empresa privada.
- (C) Repasse de recursos para construção de hospital; concessão de subvenção social; pagamento de serviços terceirizados.
- (D) Aquisição de equipamentos permanentes; reforma de prédio público; construção de unidade administrativa.
- (E) Concessão de empréstimo a município; repasse de recursos para custeio de entidade privada; aquisição de material de consumo.

41. Com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, um município pretende conceder isenção de IPTU com impacto estimado de R\$ 2.000.000,00 por ano.

A Lei Orçamentária prevê:

- Receita total: R\$ 100.000.000,00;
- Resultado primário esperado: superávit de R\$ 5.000.000,00;

Com a renúncia, o resultado primário do projeto passaria para R\$ 3.000.000,00 de superávit.

Além disso:

- Foi apresentada estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- Não foram adotadas medidas de compensação;
- Foi demonstrado que esse novo resultado de R\$ 3.000.000,00 não afetará negativamente as metas de resultado fiscal estabelecidas na LDO.

Considerando os dados apresentados, a concessão do benefício

- (A) pode ser concedida, desde que haja autorização do Tribunal de Contas.
- (B) pode ser concedida, pois não compromete a meta de resultado fiscal.
- (C) não pode ser concedida, pois exige obrigatoriamente medidas de compensação.
- (D) não pode ser concedida, pois reduz o resultado primário.
- (E) pode ser concedida apenas se houver previsão na Lei Orçamentária Anual.

42. De acordo com a NBC TSP 04 (R1), um município mantinha estoques de merenda escolar registrados por R\$ 200.000,00 em um galpão.

Após uma enchente:

- 30% dos itens foram totalmente inutilizados;
- 70% permaneceram utilizáveis, porém com perda de qualidade, podendo ser consumidos mediante adaptações, com valor estimado de uso de R\$ 90.000,00;
- Não há possibilidade de reposição ou indenização;

Considerando a norma indicada, o tratamento contábil adequado é

- (A) reconhecer redução ao valor realizável líquido dos estoques remanescentes e registrar a perda dos itens inutilizados como despesa.
- (B) manter os estoques pelo valor original, pois ainda há possibilidade de consumo.
- (C) reconhecer integralmente o valor dos estoques como despesa, mesmo com aproveitamento parcial.
- (D) classificar como perda como ajuste de exercícios anteriores, por se tratar de evento extraordinário.
- (E) reconhecer apenas a perda dos itens inutilizados, mantendo os demais estoques pelo valor contábil original.

43. A Secretaria de Planejamento do município X, ao elaborar a proposta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, decidiu consignar em rubrica única denominada “Reserva de Contingência/Aplicação Livre” o montante de R\$ 4.500.000,00, sem vinculação a programas, ações ou unidades orçamentárias, com a justificativa de que tal verba seria destinada a “atender demandas supervenientes da Administração, conforme deliberação posterior do Chefe do Executivo”.

Sobre a situação narrada, à luz dos princípios orçamentários consagrados na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) a previsão é regular, uma vez que o princípio da universalidade exige apenas que todas as receitas e despesas integrem a peça orçamentária, sendo facultada a indicação genérica da finalidade do gasto.
- (B) a previsão viola o princípio da especificação (ou especialização), que veda autorizações genéricas de despesa, ressalvadas as dotações para programas especiais de trabalho e a reserva de contingência destinada a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.
- (C) a previsão é compatível com o princípio da exclusividade, pois a LOA deve conter dispositivos relativos à execução financeira, inclusive autorizações genéricas de despesas com base na abertura de créditos adicionais mediante remanejamento pelo Executivo.
- (D) a previsão afronta o princípio da anualidade, porquanto reservas de contingência somente podem ser constituídas no Plano Plurianual, sendo defeso à LOA prevê-las.
- (E) a previsão é regular, desde que o valor não ultrapasse cinco por cento da receita corrente líquida, na forma do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, independentemente da finalidade indicada.

44. No município Y, o ordenador de despesas autorizou, em 15 de outubro de 2025, a contratação de empresa de manutenção predial pelo valor de R\$ 180.000,00. Após o regular processo licitatório, foi assinado o contrato e, em 03 de novembro de 2025, a empresa concluiu integralmente os serviços, sendo atestada a regularidade da execução pelo fiscal do contrato. Não houve, contudo, prévio empenho da despesa, o que somente se efetivou em 20 de novembro de 2025, após a liquidação. Acerca da situação descrita, à luz da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- (A) a sequência adotada é regular, porquanto a Lei nº 4.320/1964 admite o empenho posterior à liquidação, desde que ocorra dentro do mesmo exercício financeiro em que prestado o serviço.
- (B) a liquidação realizada antes do empenho é juridicamente inexistente, devendo o pagamento ser efetuado diretamente após a fase de fixação da despesa.
- (C) houve inversão dos estágios da despesa pública, pois o empenho deve preceder a realização da despesa, sendo vedada a sua efetivação sem prévio empenho.
- (D) a inversão é admitida nos contratos de manutenção continuada, hipótese em que o empenho assume natureza meramente declaratória da despesa já liquidada.
- (E) o vício é sanável mediante simples retificação do termo de liquidação, dispensada a anulação dos atos administrativos praticados.

45. João, contribuinte do IPTU no município Z, ajuizou ação anulatória de débito fiscal e efetuou o depósito do montante integral do crédito tributário discutido, no valor de R\$ 28.000,00, em conta judicial vinculada ao processo. Alguns meses após, foi celebrado entre João e a Fazenda Pública Municipal um acordo de transação resolutiva de litígio, nos termos do art. 171 do Código Tributário Nacional, ainda não homologado judicialmente.

Sobre os efeitos jurídicos dos atos praticados, é correto afirmar que

- (A) o depósito do montante integral extingue o crédito tributário, dispensando ulterior pronunciamento judicial sobre o mérito da ação.
- (B) o depósito do montante integral somente suspende a exigibilidade se realizado em sede administrativa, e a transação somente extingue o crédito tributário após o trânsito em julgado da sentença homologatória.
- (C) tanto o depósito do montante integral quanto a transação são hipóteses de extinção do crédito tributário, operando-se a extinção desde a celebração do acordo.
- (D) o depósito do montante integral é causa de extinção do crédito tributário, e a transação, de suspensão da exigibilidade, em razão da natureza meramente preparatória do acordo.
- (E) o depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, ao passo que a transação é hipótese de extinção do crédito tributário, que produzirá efeitos extintivos uma vez aperfeiçoada nos termos da lei autorizativa.

46. Maria, empresária individual regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, foi interdita judicialmente em decorrência de transtorno mental grave, mediante sentença transitada em julgado em 12 de março de 2025, sendo nomeado seu filho como curador. Não obstante a interdição, Maria continuou, por intermédio de prepostos contratados pelo curador e sem autorização judicial específica, a prática habitual de atos de comércio em seu estabelecimento, tendo sido apurada a ocorrência de fatos geradores do ISS no período de abril a julho de 2025, no valor total de R\$ 76.000,00. O município, ao tomar conhecimento dos fatos, lavrou auto de infração em face de Maria.

À luz do Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

- (A) o lançamento é nulo, porquanto a interdição civil de Maria implica perda automática da capacidade tributária passiva, devendo a exigência ser direcionada exclusivamente ao curador, na qualidade de responsável tributário por substituição.
- (B) o lançamento é nulo, pois a capacidade tributária passiva pressupõe, necessariamente, a plena capacidade civil do sujeito passivo, sendo a interdição causa de extinção da relação jurídico-tributária.
- (C) o lançamento somente seria válido se houvesse prévia autorização judicial para o exercício da atividade empresarial pelo curador, sendo indispensável tal condição para a configuração do fato gerador do tributo.
- (D) o lançamento é válido, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais e de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (E) o lançamento é válido apenas em relação aos atos praticados pessoalmente pelo curador, excluindo-se da tributação as operações realizadas por meio de prepostos, em razão da ausência de manifestação volitiva juridicamente apta do sujeito passivo.

47. Determinado Tribunal de Contas, ao receber representação anônima noticiando possíveis sobrepreços em contrato administrativo já encerrado de uma autarquia jurisdicionada, identificou que as informações disponíveis nos sistemas corporativos eram insuficientes para esclarecer os fatos. Decidiu, então, deslocar equipe à sede da entidade, por prazo curto, exclusivamente para suprir as lacunas informacionais e apurar a denúncia, sem que tal medida estivesse vinculada a um processo autônomo de fiscalização.

Considerando os instrumentos de fiscalização disponíveis, é correto afirmar que o mais adequado seria

- (A) a auditoria, pois há exame de legalidade e legitimidade de ato de gestão, com vistas à responsabilização do gestor.
- (B) o levantamento, pois é o instrumento utilizado para conhecer a organização e o funcionamento de órgãos e entidades jurisdicionadas.
- (C) a inspeção, pois é o instrumento de fiscalização cabível para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações.
- (D) o monitoramento, na medida em que este objetiva verificar o cumprimento, por parte do jurisdicionado, de determinações já expedidas pelo Tribunal.
- (E) o acompanhamento, uma vez que este se destina a examinar, ao longo de período predeterminado, a legalidade e legitimidade dos atos de gestão da entidade jurisdicionada.

48. Durante a execução de auditoria de conformidade em órgão municipal, o auditor Bernardo encaminhou ofícios a cinco instituições financeiras, solicitando que confirmassem diretamente a ele os saldos das contas bancárias mantidas pela entidade auditada na data-base de 31/12, com pedido expresso de resposta, tanto na hipótese de concordância quanto na de divergência. Em paralelo, comparou os valores informados nos extratos bancários com os saldos registrados na contabilidade do órgão, identificando e justificando os itens em trânsito.

Sobre as técnicas de auditoria empregadas por Bernardo, é correto afirmar que

- (A) o envio dos ofícios às instituições financeiras configura técnica de circularização com solicitação positiva, ao passo que a comparação entre extratos bancários e registros contábeis caracteriza conciliação.
- (B) o envio dos ofícios configura circularização com solicitação negativa, pois o terceiro somente deve responder em caso de divergência; a comparação entre extratos e registros contábeis caracteriza revisão analítica.
- (C) ambas as técnicas configuram exame documental, uma vez que recaem sobre documentos escritos emitidos por terceiros independentes da entidade auditada.
- (D) o envio dos ofícios às instituições financeiras configura inspeção física, dado que se destina à confirmação da existência de ativos; a comparação dos saldos caracteriza conferência de cálculos.
- (E) o envio dos ofícios configura observação, técnica voltada à confirmação externa, e a comparação dos saldos caracteriza análise de contas contábeis.

**49.** Durante auditoria de conformidade em determinada autarquia, a equipe constatou pagamento de gratificação a servidores efetivos em valor superior ao limite fixado em decreto regulamentador, em manifesta inobservância da legislação. Apurou-se, ainda, que o pagamento decorreu da inexistência de rotina automatizada de validação no sistema de folha, e que o desembolso indevido aos cofres públicos, no período auditado, atingiu R\$ 1.250.000,00. Sobre o registro dos atributos do achado de auditoria na respectiva Matriz de Achados, é correto afirmar:

- (A) o desembolso indevido de R\$ 1.250.000,00 deve ser registrado na coluna “causa”, por configurar a razão imediata da divergência entre a situação encontrada e o critério.
- (B) a legislação violada, em especial o decreto regulamentador, devem ser registrados na coluna “situação encontrada”, por consubstanciarem o suporte normativo do achado.
- (C) o desembolso indevido de R\$ 1.250.000,00 deve ser registrado na coluna “critério”, por traduzir o parâmetro objetivo de comparação adotado pela equipe de auditoria.
- (D) a inexistência de rotina automatizada de validação no sistema de folha deve ser registrada na coluna “causa”, por consistir no ato ou fato que contribuiu significativamente para a divergência entre a situação encontrada e o critério.
- (E) a inexistência de rotina automatizada de validação deve ser registrada na coluna “efeito”, por consistir no resultado negativo do achado para a entidade auditada.

**50.** A respeito da amostragem em auditoria, nos termos da NBC TA 530, é correto afirmar que

- (A) a amostragem estatística distingue-se da não estatística pelo tamanho da amostra, sendo aquela necessariamente mais ampla, por exigir base probabilística rigorosa.
- (B) o risco de amostragem é a possibilidade de o auditor chegar a conclusão diversa daquela que obteria caso examinasse a totalidade da população, sendo certo que o nível de risco que o auditor está disposto a aceitar é inversamente proporcional ao tamanho exigido da amostra.
- (C) a amostragem estatística caracteriza-se pela seleção aleatória dos itens da amostra e pelo uso da teoria das probabilidades para avaliação dos resultados, sendo dispensável a mensuração do risco de amostragem.
- (D) a anomalia, para fins das normas técnicas de auditoria, é a distorção identificada na amostra cuja projeção para a população se afigura imperativa, em homenagem ao princípio da prudência.
- (E) a abordagem de amostragem não estatística é vedada em auditorias do setor público, por não permitir a obtenção de evidência apropriada e suficiente para fundamentar a opinião do auditor.

RASCUNHO

RASCUNHO

